

Pierre DARDOT e Christian LAVAL

## A urgência democrática<sup>19</sup>

Ao longo do debate televisivo na segunda 20 de março, François Fillon apareceu bem apagado e inexpressivo. Era difícil reconhecer aquele que havia solenemente convocado o julgamento do povo contra a justiça. Esse chamado marcou uma virada? Observou-se que o eixo da independência da justiça havia desaparecido subitamente de seu programa. Com razão, inquieta a condenação do “racismo antifrancês” pelo mesmo indivíduo em um encontro em Caen no último 16 de março, expressão que, como se sabe, foi forjada por Jean- Marie Le Pen em 1977. Corretamente, todos se escandarizaram com a caricatura antisemita de Macron publicada no twitter no dia 10 de março pelos Republicanos.

Contudo, a única questão que importa é saber como interpretar o que não se revela por problemas de linguagem, mas em uma estratégia cuidadosamente refletida. Em uma entrevista para o *Le Monde*, sobre a declaração de Fillon, Pierre Rosanvallon falou de uma “virada populista” na campanha presidencial, primeiramente para reunir Putin, Orban, Trump e Erdogan sob o termo “populismo”, em seguida para associar Marine Le Pen, Emmanuel Macron e Jean-Luc Mélenchon em uma mesma “cultura populista”<sup>20</sup>. Segundo Pierre Rosanvallon, o que estaria em jogo seria uma “concepção de democracia” caracterizada por uma recusa de “poderes neutros”, ou seja, irredutíveis ao poder da maioria eleitoral (corte constitucional, autoridades judiciárias, etc). Mas qual crédito é possível conceder a uma categoria cujo sentido é tão flexível? Parece-nos em primeiro lugar indispensável um retorno crítico à noção de “populismo”. Na

---

<sup>19</sup> Tradução de Arthur Hussne Bernardo.

<sup>20</sup> *Le Monde* de 2 de março de 2017, entrevistado por Nicolas Truong.

realidade, isso vai muito além de uma querela terminológica e conceitual. A questão é política, e ela tem dois aspectos que estão ligados. Trata-se primeiro de saber se esse termo é suficiente para caracterizar a natureza da extrema direita francesa. Em seguida, trata-se de saber se a resposta política da esquerda deve se definir sobre esse mesmo terreno do “populismo”, como alguns estão tentados a fazer, invocando apressadamente o exemplo de Podemos.

## Retorno ao “populismo”

O que trai o uso midiático dominante dessa noção é um desprezo inspirado pela presunção de uma incapacidade política do povo. Toda expressão de uma oposição ao neoliberalismo é imediatamente desacreditada por este vocábulo nas mídias dominantes ou na “classe política”. Mas não podemos nos ater a essa crítica do uso pejorativo e depreciativo da palavra. Como sublinha Catherine Colliot-Thélène, essa crítica “deixa a porta aberta para um possível retorno do sentido do populismo”<sup>21</sup>. Por meio desse retorno, tratar-se-ia de valorizar aquilo que é desvalorizado no uso dominante. O termo deveria então ser reivindicado positivamente: seria necessário opor um “populismo de esquerda” à governança das elites neoliberais.

A primeira questão que devemos nos colocar é aquela do poder explicativo dessa noção: pode ela subsumir fenômenos tão diversos quanto à eleição de Trump, o Brexit, a ascensão do Front National, o avanço de Podemos, o posicionamento de Mélenchon, etc? Sem nem mesmo falar de unidade, qual denominador comum pode-se encontrar para todos esses fenômenos? Pretende-se edificar esse conceito sobre a oposição do “povo” e das “elites”? Mas então o que se entende por “povo”? Essa palavra pode designar um todo como uma parte desse todo.

Como nota Laurent Jean-Pierre<sup>22</sup>, a diferença entre o “populismo” nacionalista do Front National e o populismo reivindicado pelo Podemos é que o Front National

---

<sup>21</sup> Catherine Colliot-Thélène, « Le populisme n’est pas un concept », Cahier de l’Education permanente n°49, p. 112.

<sup>22</sup> Laurent Jean-Pierre, « Quand je parle de “populisme”, je mets le mot entre guillemets ! », Cahier de l’Education permanente n°49, p. 96-97.

amalgama o sentido social (a parte) ao sentido nacional (o todo) de maneira a impor uma imagem homogênea e unificada que coloca as elites fora do corpo saudável da nação ao lado do estrangeiro ao mesmo tempo que ela exclui toda a oposição de classe interna ao “povo” idealizado. É essa passagem da oposição interna do povo como todo (entre as classes populares e as elites) à oposição externa do povo tomado como todo à “elite cosmopolita” que caracteriza esse tipo de nacionalismo.

Pois é bem de um nacionalismo autoritário e identitário que se trata, ou de uma forma de neofacismo que revive certos traços do “socialismo nacionalista” de Barrès. O último drena sua inspiração do movimento reunido em torno da pessoa do general Boulanger no final dos anos 1880: vontade de “nacionalizar” os mais frágeis e os mais deserdados, antiparlamentarismo, autoritarismo derivado de uma concepção plebiscitária de democracia (“Revisão, referendo” foi a palavra de ordem federalista do boulangismo).

Barrès coloca o movimento que se reclama da “santa ralé” de 1789, de 1830, de 1848, e mesmo da Comuna, sob o patronato de Joana D’Arc, que “foi uma santa para todos”<sup>23</sup>. Ele propõe em 1893-1894 um plano em quatro pontos: um imposto sobre os patrões, um imposto militar sobre os estrangeiros equivalente àquele pago pelos franceses isentos do serviço militar, a exclusão de estrangeiros de todos os canteiros de obras nacionais e a expulsão de todos os estrangeiros que estivessem sob os encargos da assistência pública<sup>24</sup>. Em 1898, concentrando-se no sentimento de insegurança econômica que pesa sobre o pequeno comerciante, o agricultor, o burguês e o operário em período de crise, ele faz do protecionismo o centro de seu programa político: protecionismo contra o produto estrangeiro e o operário estrangeiro, protecionismo contra a feudalidade financeira internacional que elimina o trabalhador francês, proteção contra o naturalizado<sup>25</sup>.

## Empréstimos do Boulangismo

---

<sup>23</sup> Citado por Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire*, p. 65.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 73.

O apelo ao povo, o culto do chefe e o sentido de autoridade são ingredientes diretamente emprestados do boulangismo. Desse ponto de vista estrito, a orientação impressa ao Front National por Marine Le Pen, longe de marcar uma “virada social” ou uma reorientação “à esquerda”, revela uma inspiração *mais diretamente fascista* que o reaganismo de seu pai no começo dos anos 1980. Claro, a linguagem é mais policiada e expurgada dos “excessos” antisemitas, e o inimigo não é mais a Alemanha como nação, mas a eurocracia de Bruxelas que encoraja a invasão islâmica favorecendo a entrada de migrantes. Mas um bom número de elementos do “socialismo nacionalista” dos anos 1890 são reciclados em uma síntese ideológica que apresenta bem os traços do que esteve nas “origens franceses do fascismo”, segunda a expressão de Zeev Sternhell.

Trata-se particularmente do caso do recurso sistemático ao referendo para impor uma revisão constitucional. Assim, desordenadamente, Marine Le Pen anunciou revisões constitucionais sobre a supressão do Senado, sobre a abrogação do poder constituinte da Assembleia Nacional, sobre a inscrição da preferência nacional no Preâmbulo, sobre a limitação do poder constitucional, sobre o retorno do septenário não renovável<sup>26</sup>. Certamente há diferenças que é preciso ter cuidado para não escamotear: mesmo se o núcleo histórico é cimentado por essa ideologia, o Front National não tem nada do partido de massas estruturado que constituía a Liga dos Patriotas nos anos 1890 e seus métodos de ação e propaganda não tem muito a ver com as tomadas de rua e os motins organizados por esse mesmo partido. Essencial é que, retomando intencionalmente as fórmulas lepenistas, François Fillon se situou, de fato, não no terreno do populismo, mas do neofascismo.

## **Poder forte contra a democracia liberal**

Uma tal recordação se impõe especialmente porque o boulangismo, pelo eco que encontrou nos meios operários, semeou uma perturbação profunda mesmo dentro das correntes mais radicais da esquerda da época, a ponto de suscitar a ira de Engels, de

---

<sup>26</sup> « Si Marine le Pen était président », Mediapart.fr, 14 de março de 2017, p. 5.

Liebknicht e de Bebel contra seus representantes<sup>27</sup>. É particularmente o caso dos blanquistas, dos guesdistas e, de maneira mais geral, dos antigos communards. Um Edouard Vaillant chega até a apoiar esse movimento e numerosos guesdistas, em especial na Gironda, deslizarão para o boulangismo.

Qual é a razão profunda disso? Uma atração por um poder fortemente justificado por uma oposição selvagem à democracia liberal. Assim, Guesde não hesita em escrever em plena ascensão do partido nacional: “Pouco importa a estrutura de poder, tudo depende da mão da classe que a exerce”<sup>28</sup>. Hoje mais do que nunca, é importante meditar sobre a sedução exercida pelo boulangismo sobre isso que poder-se-ia chamar de “esquerdismo autoritário”, um gauchismo combinado com um apelo à greve geral, ou até mesmo à ação direta, com a fascinação pelo chefe e o culto ao poder de Estado exercido com mão de ferro. Pois a tentação do neoblanquismo e do neoguesdismo é ainda hoje viva no seio de uma fração da esquerda dita radical.

Em que a noção de “populismo” é suscetível de esclarecer o significado político do boulangisme? O filósofo político argentino Ernest Laclau, em sua obra *La Raison Populiste*, quer reter desse fenômeno apenas quatro elementos ou aspectos “político-ideológicos”<sup>29</sup>. Em primeiro lugar, a heterogeneidade de forças que apoiam o general Boulanger e a situação de marginalidade delas em relação ao sistema vigente. Em segundo lugar, a concentração do apoio a Boulanger nos centros urbanos onde esse movimento atravessa a maior parte dos estratos sociais sem se reduzir ao elemento proletário. Em terceiro lugar, a idéia de que uma intervenção extraparlamentar era tão interessante para a esquerda radical quanto para a direita<sup>30</sup>. Enfim, em quarto lugar, o

---

<sup>27</sup> Zeev Sternhell, *op.cit.*, p. 38.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>29</sup> Ernesto Laclau, *La raison populiste*, Le Seuil, 2008. Ernesto Laclau (1935-2014) e sua colega e companheira Chantal Mouffe desenvolveram a partir dos anos 1980 uma reflexão sobre a estratégia política da esquerda, defendendo uma concepção positiva do « populismo ».

<sup>30</sup> Na verdade, “contrariamente ao que sustenta a visão retrospectiva do boulangismo, elaborada no fi do século à luz do affaire Dreyfus, a ideia de um golpe de Estado nem sequer tocou o espírito dos chefes boulangistas. Nem passou pelo da multidão de manifestantes que invadiu os arredores do restaurante Durand, onde o general e sua equipe foram festejar o maremoto boulangista”. (Zeev Sternhell, *op. cit.*, P. 57).

que fazia a unidade dessas forças heterogêneas era uma mesma devoção a Boulanger e ao carisma desse personagem.

Para Laclau, esses quatro elementos reproduzem ponto a ponto as dimensões que definem o populismo: o agrupamento de forças heterogêneas e de demandas que não podem ser integradas no sistema institucional, uma ligação de equivalência entre todas essas demandas que têm o mesmo inimigo (a corrupção do sistema parlamentar), a figura de uma individualidade que funciona como um “significante vazio” à medida que ela é reduzida a seu nome e que esse nome é objeto de um forte investimento afetivo.

A insistência Ernesto Laclau sobre esses traços: a equivalência por oposição, o significante vazio, a redução do líder a seu nome, não tem outra função senão a recusa em considerar o conteúdo positivo da ideologia boulangista e a atitude prático-política que esse conteúdo determina. Da mesma maneira, sua análise do avanço eleitoral do Front National traz um impasse quanto às posições prático-políticas desse partido por se atrelar antes de tudo ao que ele chama de “necessidade ontológica de exprimir a divisão social”: a partir do momento que o Partido Comunista não foi mais capaz de exprimir essa divisão, a “função ontológica” (*sic*) foi assegurada pelo “populismo de direita” do Front National<sup>31</sup>.

Por essa primazia concedida à “função ontológica”, passa-se ciosamente em silêncio sobre o conteúdo de toda uma cultura política (aquela da defesa da “independência nacional” e do “Produisons Français”) que facilitou imensamente o deslizamento de uma parte do eleitorado do Partido Comunista para o Front National e dá-se a possibilidade de fornecer um “*no man’s land* nebuloso”<sup>32</sup> entre o populismo de direita e o populismo de esquerda. É essa primazia a uma função suscetível de ser preenchida por significantes politicamente opostos que permitiu a Pablo Iglesias afirmar em 2014 que Podemos ocupava o mesmo espaço político que Syriza na Grécia, Beppe Grillo na Itália ou o Front National na França<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> Ernesto Laclau, *La raison populiste*, *op.cit.*, p. 108.

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> Ver a entrevista publicada pelo Mediapart em 20 de junho de 2014.

A noção de “populismo” serve então para justificar uma neutralização das oposições políticas em benefício de uma função e de um espaço tanto mais invariante que vazio de conteúdo. Mas ela não explica nada do que esses fenômenos têm de específico. Somos então confrontados com essa alternativa: ou se procura conservar a noção de populismo e se renuncia a explicar a diferença entre “populismo de esquerda” e “populismo de direita” em razão da vacuidade dessa noção; ou procura-se verdadeiramente explicar essa diferença, mas então é preciso introduzir, necessariamente, elementos que não devem mais nada à noção de “populismo”, o que equivale a abandonar todo recurso que não seja puramente verbal a essa noção.

## O populismo como contra-estratégia

A segunda questão que levanta a referência insistente ao “populismo” é aquela da valorização política dessa noção a título de contra estratégia. Baseando-se na *Psicologia das Massas e Análise do Eu* de Freud (1921), Laclau considera que a constituição de um povo é possível apenas ao preço de uma identificação entre todos os indivíduos a um mesmo líder. Mas Laclau chega até a aproximar explicitamente a relação desses membros do povo a seu líder da relação dos membros da Igreja a Cristo: cada cristão deve amar a Cristo enquanto ideal da massa e se identificar com ele amando todos os outros membros da Igreja como ele supostamente os teria amado.

Contrariamente ao que sustenta Ernesto Laclau<sup>34</sup>, essa dupla relação dos membros do povo com o seu líder não o torna “mais democrático” do que um líder com o qual não haveria identificação, ela torna, ao contrário, essa relação terrivelmente servil e tirânica. Com efeito, em uma única figura humana teríamos um “substituto do Pai” ao qual devemos nos identificar amando todos os irmãos com o mesmo amor Dele e ao mesmo tempo um “irmão” com o qual nos identificamos como a todos os outros em razão de características comuns que ele apresenta com todos os outros.

Como se pode exigir de um mesmo indivíduo que ele ame o chefe supremo como figura do ideal e que ele se identifique diretamente a Ele? Essa dupla exigência não é perfeitamente contraditória em seus termos? O amor devotado ao chefe implica

---

<sup>34</sup> Ernesto Laclau, *La raison populiste*, op. cit., p. 78.

que o vejamos como  *muito superior* a nós e a identificação direta a esse mesmo chefe implica, ao contrário, que o consideremos como nosso  *igual*. Aí estamos mais próximos dos aspectos mais problemáticos do chavismo (culto cristão do líder e relação de tipo plebiscitária entre o chefe e as massas) do que da verdadeira democracia como exercício organizado do controle do povo sobre seus próprios dirigentes.

## A ideia que temos da democracia

Entretanto, aquilo que está em jogo em Laclau não é fundamentalmente a psicologia da massa, mas a formação de uma identidade popular como identidade política. Como vimos, para ele, essa constituição requer que se instaure uma equivalência entre demandas sociais muito heterogêneas, o que tende a empobrecer o conteúdo e a fazê-la funcionar como um “significante tendencialmente vazio”<sup>35</sup>. Mais precisamente, quanto mais a equivalência for estendida, mais o significante unificando toda a cadeia será vazio<sup>36</sup>. Segundo Laclau, esse elemento não pode ser senão uma individualidade. Complicando a noção clássica de representação política, ele introduz a ideia de uma dupla dimensão inerente a  *toda* representação<sup>37</sup>.

A primeira dimensão faz do representante aquele que transmite a vontade dos representados enquanto que a segunda faz dele um ator que “adiciona” algo de decisivo aos interesses dos representados. Essa adição não é menor, dado que ela consiste na identidade dos representados: “o representado depende do representante para a constituição de sua identidade”<sup>38</sup>. Os representados não têm identidade anterior à representação e independente dela. Mas essa única dimensão está longe de esgotar a relação de representação.

É preciso levar em conta o segundo movimento que vai dos representantes aos representados: o representante não deve se autonomizar totalmente frente aos

---

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 187.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 187.



representados sob pena de não mais representar “uma cadeia de equivalências”<sup>39</sup>. Essa dupla exigência (constituir a totalidade e representar uma cadeia de equivalências) coloca um problema: pois como *re*-representar aquilo que constituímos? Em Laclau é a semelhança do pai com os filhos (os “traços comuns”) que deve reduzir a distância entre o representante (o pai) e os representados (os irmãos): o representante deverá ao mesmo tempo ser um irmão e um pai. Daí a insistência na semelhança do representante com os representados<sup>40</sup>. A representação então procede de uma identificação entre representados com o representante em razão da suposta semelhança entre o representante e os representados.

A verdadeira questão de toda essa concepção é certamente a ideia que se faz da democracia. Sob pretexto de combater a identificação da democracia à democracia liberal, da qual Claude Lefort se tornaria culpado, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe invocam contra “a tradição liberal constituída pelo império da lei, pela defesa dos direitos humanos e o respeito à liberdade individual” uma “tradição democrática fundada na igualdade, na identidade entre governante e governados e na soberania popular”<sup>41</sup>.

## Carl Schmitt e a democracia plebiscitária

Estranhamente, é no jurista e filósofo do direito Carl Schmitt, que aderirá ao nazismo em 1933, que encontramos uma reelaboração do conceito de democracia consoante a essa suposta “tradição democrática”. Em sua *Teoria da Constituição* (1928), esse último define a democracia como forma de governo pela identidade do governante e do governado e faz da “homogeneidade do povo” sua característica

---

<sup>39</sup> *Ibid.* (nós sublinhamos).

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 190.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 197 (as fórmulas citadas por Chantal Mouffe são assumidas por Ernesto Laclau).

principal<sup>42</sup>. Assim, ele faz da “aclamação” o momento privilegiado em que a presença do povo fisicamente reunido torna supérflua toda a representação<sup>43</sup>.

É por meio dessa lógica que o mesmo Carl Schmitt assimilará em 1932 a democracia direta ou “não representativa” à democracia “plebiscitária”, falando até do “sistema plebiscitário de democracia direta”<sup>44</sup>. Essa pretensa identidade imediata do povo com ele mesmo não é absolutamente uma característica essencial da democracia. Aristóteles fala de uma regra de alternância que faz com que cada cidadão seja alternadamente governado e governante, mas essa reciprocidade no exercício do poder não tem nada a ver com uma identidade do povo com ele mesmo<sup>45</sup>.

A democracia é por essência deliberativa e a prática da deliberação coletiva pressupõe não uma homogeneidade mas uma *heterogeneidade* do povo. É em razão dessa heterogeneidade que “uma massa numerosa decide melhor que qualquer indivíduo”, “assim como uma festa paga coletivamente é melhor que uma oferecida por uma só pessoa”<sup>46</sup>. Mas a festa da deliberação coletiva não é uma festa de aclamação.

Consequentemente, se a democracia representativa deve ser criticada não é porque ela é deliberativa, mas, ao contrário, porque ela não é verdadeiramente deliberativa: a oligarquia dos representantes não se constitui senão pela expropriação da capacidade coletiva de deliberação dos representados e a “deliberação” é dessa forma completamente falseada. Sobre isso, a introdução por Chavez do referendo revogatório quando da metade de um mandato na Constituição venezuelana reflete não uma realização da democracia direta mas do espírito plebiscitário do regime<sup>47</sup>. É a revogabilidade dos delegados pela *iniciativa* dos cidadãos que faz a democracia, e não uma resposta a uma pergunta feita de antemão pelos governantes.

---

<sup>42</sup> Carl Schmitt, *Théorie de la constitution*, PUF, 1993, p. 352 et 372.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 382.

<sup>44</sup> Carl Schmitt, *Légalité et légitimité*, Les Presses de l’Université de Montréal, 2016, p. 46-47.

<sup>45</sup> Contrariamente ao que argumenta Carl Schmitt, *Théorie de la constitution, op. cit.*, p. 353.

<sup>46</sup> Aristote, *Les politiques*, GF Flammarion, 1993, p. 263.

<sup>47</sup> Ahmet Insel, « La postdémocratie entre la gouvernance et caudillisme », *Revue du Mauss*, n° 26, 2005.

Resumindo: a única alternativa à oligarquia neoliberal é a democracia entendida como coparticipação no processo de deliberação de decisão. Todo o resto é apenas conversa fiada e desfaçatez. A noção de “populismo” se sobrepõe a essa alternativa porque turva o conceito de “democracia”, tornando aceitável a assim chamada “democracia plebiscitária”, motivo pelo qual essa noção deve ser categoricamente rejeitada.

Esse termo é e deve continuar sendo uma palavra do inimigo que toda esquerda digna desse nome deve se proibir de empregar para uso próprio. Mais precisamente, toda política que se reivindica do populismo está apenas confortando a despossessão política dos dominados, recolocando nas mãos de um líder sua inteligência e sua capacidade de ação.

## **A desesperança dos sacrificados pelo neoliberalismo**

A questão é, portanto, estratégica. Como lutar em duas frentes, contra o neofascismo e contra o neoliberalismo, dado que o neofascismo, cujo crescimento foi fomentado pelas políticas neoliberais, não representa de modo algum uma ruptura com o sistema neoliberal? É preciso começar por esse diagnóstico: o partido socialista e o governo portam uma responsabilidade esmagadora no desastre atual. Toda sua política consistiu em inflingir uma longa série de derrotas sociais aos assalariados, aos aposentados, aos funcionários, às pessoas mais modestas. Ela é paga hoje com a desunião e a derrota política.

Poderíamos esperar, contudo, que a rejeição, regularmente expressa nas últimas eleições, do curso neoliberal do quinquênio, iria oferecer uma chance de refundar uma “nova esquerda” desejosa de fazer uma política de esquerda. Isso não nos deu, mas era o esperado já há muito, senão o recuo vergonhoso de Hollande e a derrota pungente de Valls na primária. Desde então, as ilusões voaram para bem longe.

## **As vítimas do neoliberalismo se vingam**

A rejeição ao neoliberalismo por uma grande parte dos eleitores de esquerda arrisca abrir antes a via ou ao neofascismo fantasasiado de Le Pen, ou ao neoliberalismo assumido e arrogante de Macron. Esse aparente “paradoxo” foi analisado por um grande número de comentaristas: de eleição em eleição, as classes populares, que outrora apoiavam em larga medida os partidos de esquerda, afastam-se do sufrágio (“Votar não serve para nada”), ou pretendem “virar a mesa” votando no Front National, visto que se sentem abandonadas por responsáveis políticos impotentes para frear a desindustrialização, o desemprego e a precariedade.

Na realidade, e os estudos eleitorais são terríveis nesse sentido, a rejeição popular aos candidatos de esquerda, Mélenchon incluso, é implacável para os responsáveis acusados de serem indiferentes à situação das classes populares. Logo, a esquerda é largamente minoritária entre os operários e os empregados.

Não são os dominados que são os primeiros responsáveis pela sorte que lhes foi reservada, são aqueles que conduziram uma política que, desde os anos 1980, procurou enfraquecer materialmente e subjetivamente as classes populares. Sabíamos e repetimos: as políticas ditas “de esquerda” não mais procuraram, a partir de 1983, colocar em questão a potência do capital, elas visaram a reforçá-la por meio do grande mercado europeu, da moeda única, da concorrência interna e externa entre assalariados e frações do assalariado.

A hora é de ressentimento. As vítimas do neoliberalismo se vingam fazendo os renegados pagarem. E essa vingança beneficia sobretudo os piores. Uma parte do outro componente sociológico da esquerda – os funcionários do setor público, os professores, os graduados –, atemorizados pela perspectiva de uma vitória do neofascismo, e pouco inclinados a ver ascender novamente nas pesquisas o tartufo alimentado pela “direita extrema”, arriscam abandonar os dois representantes da esquerda em proveito daquele que, inicialmente na sombra de Hollande e depois no governo de Valls, inspirou e compôs a “traição” de Bourget.

Macron, o ilusório “mal menor”, representa evidentemente o perigo de que, em cinco anos, quando as barreiras estiverem certamente caídas entre a extrema direita e a direita extrema, o neofascismo esteja ainda mais fortalecido. Mas o cálculo desses

eleitores não chega tão longe e com razão: é, atualmente, a divisão entre os dois candidatos de esquerda que os leva a essa opção detestável.

## **O impasse da esquerda**

Que não nos enganemos: a época é mais do que nunca subjugada pela dupla infernal do neoliberalismo agressivo e do nacionalismo identitário e xenófobo. Quebrar essa mecânica infernal deveria ser a tarefa prioritária de uma esquerda regenerada. Ela ainda não chegou e nem terá sucesso nesse objetivo dentro das próximas semanas porque ela não reuniu três condições necessárias e interligadas:

1) a construção de um potente pólo político exterior ao partido socialista, o que supunha uma dinâmica unitária que não foi disparada pelo Front de Gauche;

2) o recentramento da política de esquerda sobre a “questão social”, ou seja, a questão do emprego, do trabalho e das desigualdades e, para além, da propriedade;

3) a eliminação da rachadura que representa para toda política alternativa o Partido Socialista atual. Essa última condição necessitaria ou do poder de remover essa formação da atração mortífera do neoliberalismo, o que suporia forças internas capazes de derrubar a dominação do aparelho e dos eleitos, o que não foi possível até o presente, visto que esse partido sofre de um oligarquismo senil; ou de fazer estourar em dois blocos “irrencociáveis”, o que ainda não foi feito por falta de decisão e de horizonte estratégico de Hamon e dos dito contestadores

Na ausência dessas condições, os dois candidatos tomaram atalhos para sair desse impasse estratégico no qual um e outro se engajaram. Mélenchon segue seus próprios passos, impondo um modelo político “populista” a seus antigos parceiros do Front de Gauche. É o sentido de seu movimento, La France Insoumise, que não quer “adotar partido” e que está atrelada principalmente a sua candidatura presidencial.

## **Os problemas não resolvidos da candidatura Mélenchon**

A estratégia “revolucionária” de Mélenchon é na verdade estritamente eleitoral. Se no início tratava-se de compor um grande bloco social e ideológico em torno da

elaboração coletiva de um programa, o caminho trilhado consistiu em uma aposta na adesão das massas a um líder carismático que empresta sua voz ativa a um povo revoltado. À grande diferença de Podemos, partido que se apoiou em um coletivo de jovens dirigentes e que foi levado por ondas de contestação, a France Insoumise repousa na identificação a um homem excepcional, cuja força de persuasão se deve a suas qualidades pessoais, e sobretudo à eloquência rara dos tribunos de outrora.

A “radicalidade” mélenchoniana está, todavia, longe do socialismo de antigamente. Não mais se trata da questão da socialização das forças produtivas ou da autogestão. O essencial de sua mensagem é colocado nas instituições políticas, vistas como a chave de toda transformação. Daí a centralidade da questão da soberania, daí os emblemas republicanos e nacionais: bandeiras tricolores, capuz frígio, a Marselhesa, a Constituinte e outro levante de massas dos cidadãos reunidos na Bastilha e na República.

Essa candidatura coloca um certo número de problemas não resolvidos: como passar à VI República jogando com a personalização extrema e flertando pergiosamente com a "democracia plebiscitária"? Como acreditar na maturação coletiva de um projeto de sociedade alimentando a pulsão politicamente ambígua do “desprendimento”? Em todo caso, já que essa candidatura de encarnação do povo está “acima dos partidos”, não poderia haver o menor acordo que seja com as outras formações de esquerda, tratadas com desprezo, como se fossem “besteiras”. Quem me ama me segue.

A empreitada de Hamon não é mais animadora, em muitos sentidos ela é até menos. O candidato socialista não sabe sobre qual pé dançar porque não conhece o terreno. Em vez de mostrar sua ruptura com o quinquênio neoliberal, ele manobra, ele se esquiva. Como se ainda tivesse algo a esperar de um aparelho e de eleitos que querem afogá-lo o mais rápido nas águas fétidas dos compromissos e das resignações.

Contudo, já muito à esquerda para o aparelho, o que ele teria a perder permanecendo fiel a suas convicções primárias? Seria preciso, evidentemente, desfazer toda ambiguidade em relação à União Europeia, sua lógica de austeridade, seu dumping fiscal e social. Mas tudo isso era tão contrário a seus apelos lastimáveis pela reunião da “família socialista”, que ele não pode ir muito longe nesse sentido. Ele deveria saber que muitos eleitores de esquerda não estão nada dispostos a confiar cegamente nele após serem enganados por Hollande, Macron e Valls como eles foram. Fazer os nomes

de Hollande, Cazeneuve e Le Drian serem aclamados por 20 mil pessoas no encontro de Bercy em 19 de março é sinal que sua dupla posição, crítica e elogiosa, a respeito do quinquênio é propriamente insustentável.

## **Hamon preso na herança**

Para superar essas contradições, nas primárias, ele acreditou ser razoável se projetar dez ou vinte anos à frente, vendo no futuro uma rarefação do emprego que viria a justificar sua proposição de renda universal. Diversionismo que lhe permitiu por um momento obter um certificado de utopia junto a uma fração dos eleitores de esquerda. Se essa utopia não o permitiu se reconectar com as classes populares, cujos membros desempregados querem um “trabalho de verdade”, ela permitiu ao menos que ele não abordasse de frente as questões eminentemente urgentes da política econômica da Europa. Em suma, atolado na herança, ele não espera nada além de uma nova relação de forças no interior do partido socialista.

Na realidade, os dois candidatos, e eles não escondem mais, estão resignados ao fracasso da esquerda. Favorecidos, neste momento, de 10 a 15% dos votos cada um, eles parecem competir apenas para saber qual dos dois será o quarto ou o quinto na “corrida” eleitoral. Objetivo ridículo aos olhos dos eleitores de esquerda levando em conta as questões históricas dessa eleição, mas de uma importância maior para os militantes mais convencidos ou mais sectários.

É também muito inquietante que alguns entre eles, meio cínicos meio calculistas, encontrem rapidamente uma justificativa. “Está acabado”, deixam escapar alguns deles. Só contaria a “recomposição” futura da esquerda. Daí a estranha indiferença revelada nas frustrantes pesquisas, daí essa cegueira quanto às consequências dessa divisão. Sem dúvida Hamon e Mélenchon fingiram conversar; na realidade, nem um nem outro mantiveram qualquer aproximação.

A divisão vai sem dúvida permitir à oligarquia dos eleitos que “detém” o partido socialista de retomar o controle após o parêntese da candidatura de Hamon. Mas ela vai principalmente deixar face a face a candidata do neofascismo requentado e o candidato do neoliberalismo rejuvenescido. Por fim, isso deve se concluir de forma tão lamentável

que levará muitos eleitores a se afastarem da esquerda e talvez até a terem nojo da política. Certamente um gosto amargo nos aguarda, mas não é com ele que vamos reconstruir a esquerda.

## Qual unidade?

O neoliberalismo fez e continuará fazendo estragos, como se sabe. Um entre eles, o mais premente na conjuntura, é a progressão do neofascismo. Os assalariados mais dominados, e outras categorias junto com eles, enfurecem-se e acreditam ver em Marine Le Pen seu último recurso. Tudo parece fazer reforçar sua imagem “social”. Seu assalto sobre os temas sociais (aposentadoria, proteção social, pleno emprego “nacional”, etc.), sobre os quais a esquerda teve durante um longo tempo uma espécie de monopólio, está, muito além de todas as suas esperanças, em vias de ser bem-sucedido em razão justamente do abandono pela esquerda governamental.

Seguindo os passos de um Sarkozy, que em outro momento denunciava o programa econômico do Front National como um programa de “extrema esquerda”, muitos são os jornalistas que a ajudaram a validar seu pacote: assim que um candidato de esquerda ou de extrema esquerda se atreve a propor uma medida social, exaltando a aposentadoria aos 60 anos ou a supressão da lei de trabalho, por exemplo, apressa-se a acusá-lo de imitar Le Pen.

Como conjurar a “catástrofe democrática que ameaça”, segundo a fórmula de Laurent Mauduit<sup>48</sup>? Muitos, desolados com o espetáculo da esquerda, gostariam de unidade. Seu chamado tem mérito e merece respeito, especialmente aquele, dramático, do prefeito comunista de Grigny, Philippe Rio<sup>49</sup>. Mas fazer um apelo pela unidade de dois candidatos infelizmente não serve para grande coisa na situação atual. Eles se manteriam, um e outro, fechados em sua própria lógica. Eles pagarão o preço, e nós com eles, da autodestruição do socialismo durante os 30 ou 40 últimos anos, por falta de

---

<sup>48</sup> Laurent Mauduit, “Pour conjurer le spectre des années 30 », Mediapart, 28 février 2017, <https://www.mediapart.fr/journal/france/280217/pour-conjurer-le-spectre-des-annees-30>

<sup>49</sup> [http://www.liberation.fr/debats/2017/03/02/cher-benoit-cher-jean-luc-a-grigny-comme-ailleurs-vos-carrieres-vos-querelles-on-n-en-a-rien-a-faire\\_1552845](http://www.liberation.fr/debats/2017/03/02/cher-benoit-cher-jean-luc-a-grigny-comme-ailleurs-vos-carrieres-vos-querelles-on-n-en-a-rien-a-faire_1552845)



ter desejado e podido superar esse desastre histórico. Ninguém, contudo, é proprietário da unidade. Nenhum aparelho, nenhum responsável, deveria ter o direito de decidir num canto de mesa de restaurante.

Mas, sobretudo, como não ver que, se se deseja *de fato* refundar a esquerda, o tempo dos aparelhos dominadores e dos líderes solitários passou? Como não compreender que toda transformação social real passa doravante pela liberação das energias democráticas, por um *desverticalização* efetiva da ação política? Mélenchon certamente compreendeu que o tempo dos velhos partidos passou, mas ele reverticou ainda mais a relação pessoal que pretende estabelecer com o “povo”, segundo o esquema duvidoso e perigoso de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe.

Desse ponto de vista, a dívida proclamada para com a “revolução bolivariana” de Hugo Chavez é bastante inquietante<sup>50</sup>. Insistamos mais uma vez nesse ponto: a pretensa “democracia prebliscitária” não é absolutamente uma forma particular de democracia, ela é a negação pura e simples da democracia entendida como exercício efetivo de poder político pelo povo, ao menos sob a forma de um controle ativo dos detentores do poder executivo.

Que contraste com a proliferação de práticas inovadoras e ideias novas em matéria de democracia que representou a Nuit Debout. Basta estar atento para ouvir todas as novas experimentações práticas e todas as discussões teóricas que aconteceram por anos neste país e em outros, entre os quais a Espanha, para se dar conta do caráter arcaico das maneiras de se fazer na esquerda política francesa.

Não haverá nenhuma refundação da esquerda enquanto dissociarmos a palavra da ação, o projeto da organização. Os laços do passado são muito grossos hoje para a sensibilidade política das pessoas de esquerda que querem *tomar partido*. Há uma outra condição, e ela é elementar. Como se diz, a luta secular pela igualdade social foi traída pela esquerda governista, e essa traição conduziu à deserção das classes populares e ao sucesso do neofascismo. Recolocar no centro da atividade política a igualdade social e fazer com que essa política igualitária comece nos próprios dispositivos organizacionais

---

<sup>50</sup> Cf. *Politis* 1427, 10/11/2016, p. 3, que faz referência ao livro de entrevistas de Marc Endeweld com Jean-Luc Mélenchon *Le choix de l'insoumission*.

é a única via concebível para que a esquerda sobreviva e se reconstitua. A transformação social desejada à esquerda começa então nela própria.

## **A urgência democrática e a frente comum**

É preciso agir rápido para que a partir das eleições legislativas a sorte da esquerda antineoliberal não esteja inteiramente condenada. Com quem fazer a unidade amanhã? E como? Não devemos ter nenhuma ilusão sobre a natureza do Partido Socialista, e sabemos perfeitamente qual obstáculo ele, por sua própria culpa, se tornou para toda política de ruptura com a ordem existente. Dada a decomposição da esquerda atual, é importante refletir sobre a constituição rápida de um vasto bloco democrático antineoliberal, reunindo múltiplos componentes políticos, sindicais, associativos, em acordo para fazer frente comum contra os dois inimigos de destinos inseparáveis que são o neofascismo e o neoliberalismo.

A “esquerda da esquerda” francesa tomou um atraso considerável e decepcionou as expectativas de muitos, exceto quando ela se uniu durante um breve período sob a forma de um cartel de organizações. Relembremos: 1995-2005, primeiro período de luta massivas contra as políticas neoliberais e emergência do altermundialismo; 2005-2009, confusão sectária e incapacidade das forças políticas de esquerda de dar uma nova forma política às resistências sociais; 2009-2016, vida e morte do Front de Gauche, única tentativa, mas abortada, de coalizão da “esquerda da esquerda”.

A “ultrapassagem” do Front de Gauche desejada por Mélenchon em 2016 desaguará como ele gostaria em uma nova força parlamentar ou em um vazio? Paga-se, hoje, um preço alto pela desunião. A responsabilidade é sem dúvida compartilhada entre os “aparelhos”, mas ela é pesada para todos e não poupa ninguém. Ou o sectarismo de aparelho se prolonga, e será o fim por longo tempo da esquerda crítica e radical, ou ele pode ser ultrapassado pela criação de uma nova formação ao mesmo tempo unitária e diversa, e o casal infernal desses dois inimigos poderá então ser combatido e vencido.

Essa dinâmica unitária é também a condição para que o partido socialista estoure entre seus dois pólos artificiais reunidos hoje sob um mesmo telhado. Se um grupo de

“contestadores”, socialdemocratas à antiga, conseguisse se reconstituir sobre as ruínas do hollandismo, ele poderia participar de uma frente comum.

Mas nós ainda estamos longe disso. A dinâmica atual de divisão traz um forte risco de oferecer no segundo turno das eleições presidenciais a escolha entre Le Pen e Fillon ou, mais provavelmente, Le Pen e Macron. Se todos os apelos à unidade forem infrutíferos, se nós não podemos mais impedir nada, em todo caso, após as eleições, ainda restará a “urgência democrática” de fazer face ao neofascismo, fruto da desesperança duplamente alimentada pelo neoliberalismo e da ausência de uma verdadeira alternativa política. Pois é preciso não se enganar: a ameaça do neofascismo é uma ameaça de *guerra civil*. É então a partir de agora, se queremos verdadeiramente evitar que o pior aconteça, que devemos pensar e experimentar as formas de uma frente comum democrática.

25 de março de 2017, Pierre Dardot e Christian Laval